

Falácias da economia (*)

Certamente, a idade tem me tornado mais intolerante – e não consigo esconder – com uma enormidade de falácias que se ouvem no mundo moderno. Uma delas é de natureza econômica. A economia é, fundamentalmente, uma ciência psicossocial definida pelo mercado. São bons os economistas que percebem suas tendências, aproveitando-as e, quando possível – o que é raro -, reorientando-as. A econometria é uma mera ciência instrumental e, decididamente, não há economia ideológica. O fracasso daqueles que entendem que os economistas fazem a economia a partir de suas convicções políticas têm seu retrato, no mundo moderno, na monumental falência de todos os países que estiveram sob o domínio soviético, na Cuba de Fidel e naquelas nações afroasiáticas e latinoamericanas que ainda vivem da vã ilusão de que a ideologia faz o mercado.

O próprio MST, inspirado por economistas que defendem o avanço do retrocesso e da agricultura pré-histórica, é um movimento de natureza política e não econômica, totalitário e não democrático, cujo objetivo mais remoto é entregar terras para uma parcela reduzida da população.

Seu principal e verdadeiro escopo é desestabilizar as instituições, impor ideologias anacrônicas pela violência – e não pelas urnas – e impedir o desenvolvimento do país, tomando terras que tornaram o Brasil uma das maiores potências do agronegócio.

É que a economia é um jogo de xadrez. Cabe ao economista analisar as regras de mercado, sendo bom aquele que consegue antecipar as jogadas futuras, como faz um hábil jogador. Não é um jogo de pôquer, como querem os ideólogos, nem um jogo de estatísticas, como querem os econometristas, cultuadores de uma ciência cuja utilidade instrumental não pode ser dispensada.

O mundo atual tem excesso de operadores econômicos e carência de verdadeiros economistas. Por isso, está em crise, porque não anteviu os movimentos das regras do mercado, com a inadimplência causada pelo excesso de crédito deslastreado e a instabilidade dos preços das commodities.

Os próprios Estados Unidos sofreram o impacto desse boom, que lideraram e do qual foram as primeiras vítimas. Seu sistema financeiro – não lastreado, como o brasileiro, fundamentalmente em títulos públicos, mas em títulos privados – terminou por mostrar-se débil com a crise mundial.

Mesmo a redução dos juros para incentivar o consumo, num momento de necessidade de controlá-lo, provocou dois fatores que afetaram ainda mais a dimensão da crise: a recuperação mais lenta do próprio mercado financeiro, em face dos juros baixos, e um desinteresse maior dos investidores estrangeiros, derrubando o consumo e atingindo as ações de suas companhias, pela falta de credibilidade. Tal impacto, à evidência, não poderia gerar senão um descontrole intestino, que terminou por elevar a nível de preocupação sobre o futuro.

Nitidamente, a China, cuja ditadura esquerdista adotou as regras do livre mercado, está se beneficiando da crise mundial, em face de os encargos burocráticos, tributários e trabalhistas acumularem um custo de descompetitividade, para os países ocidentais, que a China desconhece. Certamente, combater a tendência ocidental de cada vez trabalhar menos, com mais direitos e menos deveres, provoca pesados ônus políticos, que os governantes do mundo inteiro não querem assumir, o que torna o futuro domínio da China na economia mundial uma questão de tempo. Não é que a China seja melhor, é que o mundo é muito pior.

(*) Ives Gandra da Silva Martins, Presidente do Conselho, Superior de Direito da Fecomércio/SP

“Combater a tendência ocidental de cada vez trabalhar menos, com mais direitos e menos deveres, teria pesados ônus políticos”

EDITORIAL

↳ Falácias da economia

■ Página 01

EVENTOS

■ Página 02

PEQUENAS NOTAS

■ Página 04

FIQUE SABENDO

↳ Por que pagar a Contribuição Sindical?
 ↳ Edital da Contribuição Sindical Rural - Pessoa Física de 2009

↳ Informações importantes

↳ Entrega de fertilizantes supera quatro milhões de toneladas no primeiro trimestre de 2009

↳ Carta da Presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, dirigida aos produtores rurais do Brasil

■ Páginas 02, 03, 04 e 05

NOTICIA DA CNA

↳ CNA prevê redução dos preços agrícolas se o dólar continuar em queda

■ Páginas 05

ESPAÇO DO AGROPACTO

↳ Encontro semanal do dia 12/05/09

■ Página 05 e 06

Informativo Semanal



Nº 550

Órgão de divulgação de assuntos de interesse do Setor Agropecuário e do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense.

Coordenação e Elaboração: Gerardo Angelim de Albuquerque - Chefe de Gabinete da FAEC

Coordenador Geral do Agropacto: JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO (Presidente da FAEC)

Membros do Comitê Consultivo: Setor Público

Antônio Bezerra Peixoto - SDA
Antonio Cleber Maurício de Alencar - BB
Evandro Vasconcelos Holanda Júnior - Embrapa Caprinos
Francisco Zuza de Oliveira - ADECE
João Hélio Torres D'Ávila - UFC
João Ribeiro Crisóstomo - Embrapa Agroindústria Tropical
José Alves Teixeira - BNB
Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota - SECITECE

Setor Privado

Carlos Prado - IBRAF/NE
Cristiano Peixoto Maia - C.S. Camarão
Edgar Gadelha Pereira Filho - C.S. Camaúba
Euvaldo Bringel Olinda - Instituto Frutal
Francisco Férrer Bezerra - FIEC
Gilson Gondim - C.S. Flores
João Nicélio Alves Nogueira - OCEC
João Teixeira Júnior - UNIVALE
José Alberto Costa Bezerra Júnior - C.S. Leite
Luiz Prata Girão - BETÂNIA
Raimundo Reginaldo Braga Lobo - SEBRAE/CE
Tom Prado - C.S. Fruticultura

Secretária:

KAMYLLA COSTA DE ANDRADE

Editoração Digital:

GEOVANA COSTA

Taquigrafia:

IRLANA GURGEL

Patrocínio:

BANCO DO BRASIL S/A

CONSULTA

Para maiores esclarecimentos sobre as informações aqui divulgadas, favor comunicar-se com a **SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO DE COOPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE**.

Endereço: Rua Edite Braga, 50 - Jardim América - 60.425-100 Fortaleza - CE

Telefones: (0xx85) 3535-8006/
3535-8017

Fax: (0xx85) 3535-8001

E-mail: agropacto@faec.org.br

Site: www.agropacto-ce.org.br

Eventos

Curso: O XII Curso de Fertirrigação será realizado de 26 a 29 de maio de 2009, das 8h às 17h30m, no Centro de Convenções Senador Nilo Coelho, em Petrolina-PE. O objetivo do curso é divulgar conhecimentos relativos ao manejo racional de água e fertilizantes, atendendo sustentavelmente às demandas das principais culturas da região e o público alvo são: agrônomos, técnicos, extensionistas e produtores. O prazo para as inscrições vai até o dia 21.05.2009. Informações: (87) 3861-4442. Visite também o site: www.cpsa.embrapa.br:8180/agenda/listaevento.jsf

Feira: A Frutal Amazônia 2009 e a IX Flor Pará, uma promoção do Instituto Frutal de Fortaleza e Governo do Pará, ocorrerá de 25 a 28.06.2009 no Hangar do Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, em Belém, no Pará. Os participantes da Feira, terão a sua disposição, durante três dias, uma vasta promoção técnica com 220 especialistas, distribuídos nos diversos cursos, palestras, painéis, seminários setoriais. Uma transferência de "know-how" sem similar em nenhuma outra feira do setor na Amazônia Legal, organizada por uma Comissão Técnica Constituída por mais de 80 técnicos de todos os órgãos, instituições e entidades estaduais e federais que tenham relação com os setores de frutas, flores e agroindústria da região, segmentos estes promovidos pelos eventos. Informações: telefone: (85) 3246-8126; e-mail: geral@frutal.org.br e site: www.frutal.org.br

Exposição: Associação Brasileira dos Criadores de Girolando espera superar, na edição de 2009, o faturamento de mais de R\$ 8 milhões alcançado nos negócios realizados ao longo da Megaleite 2008. A próxima versão da MEGALEITE – 6ª Exposição Brasileira do Agronegócio do Leite acontece de 29 de junho a 5 de julho, no Parque Fernando Costa, em Uberaba-MG. O evento é uma promoção da Associação Brasileira dos Criadores de Girolando. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (34) 3331-6000; e-mail girolando@girolando.com.br e site www.girolando.com.br

FIQUE SABENDO !!!

Por que pagar a Contribuição Sindical?

A contribuição sindical rural tem natureza jurídica tributária, sendo fixada em lei e é devida por todos aqueles que participam de uma determinada categoria econômica, profissional ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da categoria ou profissão (artigos 578 a 591 da CLT).

De acordo com o previsto no artigo 149 da Constituição Federal, a contribuição tem caráter tributário, sendo, portanto, compulsória, independentemente de o contribuinte ser ou não filiado a sindicato. Esta contribuição existe desde 1943 e é cobrada de todos os produtores rurais - pessoa física ou jurídica - conforme estabelece o Decreto-Lei n.º 1.166, de 15 de abril de 1971, com a redação dada pelo artigo 5º da Lei 9701, de 18 de novembro de 1998.

Cálculo da Contribuição - O cálculo da contribuição sindical rural é efetuado com base nas informações prestadas pelo proprietário rural ao Cadastro Fiscal de Imóveis Rurais (CAFIR), administrado pela Secretaria da Receita Federal.

O inciso II do artigo 17 da Lei nº 9.393/96 autoriza a celebração de convênio entre a SRF e a CNA com o objetivo de fornecimento dos dados necessários à cobrança da contribuição sindical rural.

A Contribuição **Pessoa física** é calculada com base no Valor da Terra Nua Tributável (VTNT) da propriedade, constante no cadastro da Secretaria da Receita Federal, utilizado para lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), tendo seu vencimento em **22 de maio de 2009**.

A Contribuição **Pessoa jurídica** é calculada com base na Parcela do Capital Social - PCS, atribuída ao imóvel, com vencimento em **31 de janeiro de cada ano**.

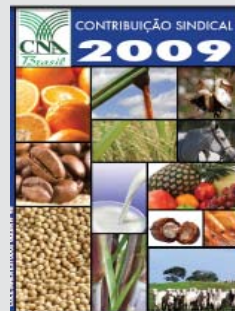
ALERTA AOS PRODUTORES RURAIS

O pagamento da contribuição sindical rural é obrigatório e, entre as passíveis sanções, está a cobrança judicial

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

EDITAL DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL – PESSOA FÍSICA - EXERCÍCIO DE 2009.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, em conjunto com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará - FAEC e os Sindicatos Rurais e/ou de Produtores Rurais dos municípios de Acopiara, Alcântara, Altaneira, Amontada, Aracati, Aracoiaba, Araripe, Banabuiú, Baturité, Beberibe, Brejo Santo, Camocim, Canindé, Carnaubal, Cascavel, Catunda, Caucaia, Cedro, Coreau, Crateús, Crato, Granja, Guaiúba, Guaraciaba do Norte, Ibaretama, Ibiapina, Iguatu, Independência, Ipaumirim, Ipu, Iracema, Itapajé, Itapioca, Jaguaratama, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Madalena, Maranguape, Marco, Massapê, Milagres, Missão Velha, Morada Nova, Monsenhor Tabosa, Moraújo, Morrinhos, Mombaça, Nova Olinda, Nova Russas, Parambu, Piquet Carneiro, Quitarianópolis, Quixadá, Quixeramobim, Quixeré, Russas, Santa Quitéria, Senador Pompeu, Santana do Cariri, São Benedito, Sobral, Solonópole, Tabuleiro do Norte, Tamboril, Tauá, Tianguá, Trairi, Ubajara e Viçosa do Ceará, com base no Decreto-lei nº 1.166, de 15 de abril de 1.971, que dispõe sobre a Contribuição Sindical Rural, em atendimento ao princípio da publicidade e ao espírito do que contém o art. 605 da CLT, vêm NOTIFICAR e CONVOCAR os produtores rurais, pessoas físicas, que possuem imóvel rural ou empreendem, a qualquer título, atividade econômica rural, enquadrados como “Empresários” ou “Empregadores Rurais”, nos termos do artigo 1º, inciso II, alíneas a, b e c do citado Decreto-lei, para realizarem o pagamento das Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical Rural do exercício de 2009, devida por força do que estabelecem o Decreto-lei 1.166/71 e os artigos 578 e seguintes da CLT, aplicáveis à espécie. O seu recolhimento deverá ser efetuado impreterivelmente até o dia 22 de maio de 2009, em qualquer estabelecimento integrante do sistema nacional de compensação bancária. A falta de recolhimento da Contribuição Sindical Rural até a data de vencimento acima indicada, constituirá o produtor rural em mora e o sujeitará ao pagamento de juros, multa e atualização monetária previstos no artigo 600 da CLT. As guias foram emitidas com base nas informações prestadas pelos contribuintes nas Declarações do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural, repassadas à CNA pela Secretaria da Receita Federal com amparo no que estabelece o artigo 17 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1.996, e estão sendo remetidas por via postal para os endereços indicados nas respectivas declarações. Em caso de perda, de extravio ou de não recebimento das Guias de Recolhimento pela via postal, os contribuintes deverão solicitar a emissão da segunda via diretamente à Federação da Agricultura do Estado onde têm domicílio, até 5 (cinco) dias úteis antes da data do vencimento. Eventuais impugnações administrativas contra o lançamento e cobrança da contribuição deverão ser feitas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da guia, por escrito, perante a CNA, situada no SGAN Quadra 601, Módulo K, Edifício Antonio Ernesto de Salvo, Brasília - Distrito Federal, Cep: 70.830-903. O protocolo das impugnações poderá ser realizado pelo contribuinte, via correio ou entregue na sede da CNA ou da Federação da Agricultura do Estado. O sistema sindical rural é composto pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil-CNA, pelas Federações Estaduais de



Informações importantes

A Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, na Instrução Normativa N º 75 de 08 de maio de 2009 disciplina a fiscalização da contratação da cota do menor aprendiz

O Artigo 429 da CLT trata da normatização da contratação do Menor Aprendiz, na faixa etária de 14 a 24 anos de idade, para atender os ditames da Lei.

Todas as Empresas, inclusive as Empresas Optantes Pelo Simples Nacional e as Empresas de Pequeno Porte, também estão incluídas dentro da obrigatoriedade.

O primeiro decreto pertinente a esta questão é o Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT); seguido da Lei nº. 10.097, de 19 de dezembro de 2000 (Lei do Aprendiz); e demais Leis, Portarias e Instruções Normativas.

Porém, estamos diante da Instrução Normativa que disciplina a fiscalização desta modalidade de contratação, onde a empresa terá a cota mínima de 5%(cinco por cento) e máxima de 15%(quinze por cento), do total de empregados do estabelecimento.

Vale ressaltar que, o Menor Aprendiz, deve estar na faixa etária entre 14 anos de idade completos e 24 anos de idade incompletos, precisa estar matriculado em ensino regular, ou ainda, matriculado em qualquer curso de aprendizagem, o Contrato não poderá ultrapassar 02(dois) anos de contratação, sendo com a duração de 06(seis), horas diárias, com remuneração à base de salário mínimo, em horas trabalhadas, além do contrato expresso, também deve estar com a assinatura na Carteira de Trabalho e a alíquota do FGTS, será de 2%(dois), por cento.

Não atendendo a estas e outras exigências, de acordo com artigo 429 da CLT, a empresa será autuada de acordo com o Art. 434 - Os infratores das disposições deste Capítulo ficam sujeitos à multa de valor igual a 1 (um) salário mínimo regional, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordo com a lei, não podendo, todavia, a soma das multas exceder a 5 (cinco) vezes o salário-mínimo, salvo no caso de reincidência em que esse total poderá ser elevado ao dobro. [ipsis litteris]

Jucileide Nogueira, Consultora do Programa “Casa em Ordem da FAEC”

Fonte de Pesquisa: Marcio Duarte Advogados – CLT – Consolidação Leis do Trabalho

**PRODUTOR RURAL: Pague a Contribuição Sindical em benefício da
manutenção do Sistema Sindical Rural**

FIQUE SABENDO !!!

Entrega de fertilizantes supera quatro milhões de toneladas no primeiro trimestre de 2009

A entrega de fertilizantes ao consumidor final, no período de janeiro a março de 2009, foi de 4,1 milhões de toneladas. O resultado é 23% inferior ao apresentado nos três primeiros meses de 2008. De acordo com o presidente da Câmara Temática de Insumos Agropecuários, Cristiano Walter Simon, que se reuniu com o setor, em Brasília, o período é de final de safra e preparo de abastecimento para a safra de inverno.


“Provavelmente o ano vai se equiparar em termos de área plantada e a tecnologia vai ser aplicada em sua plenitude. Acreditamos que, entre o mercado doméstico e as oportunidades de exportação, a agricultura brasileira deve manter-se em níveis equivalentes à safra deste ano”, ressaltou Simon.


O setor de defensivos faturou, em março de 2009, R\$ 905 milhões, o que representa crescimento de 65% em relação a 2008, quando a cifra foi de R\$ 548 milhões. O destaque foi o aumento nas vendas de herbicidas, devido à queda nos estoques existentes no campo e o crescimento nos mercados de milho safrinha, trigo e pastagem.


O Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan) apresentou a evolução do setor, que rendeu R\$ 2,6 bilhões, em 2008, e R\$ 2,4 bilhões, em 2007. O segmento de ruminantes foi responsável por 55,4%; aves, 15,1%; Pet, 11,2%; suínos, 14,4%; e equinos 3%. No primeiro trimestre deste ano, o setor de saúde animal faturou R\$ 582,2 milhões, 9% mais que em 2008, com R\$ 534,2 milhões.


A 41ª reunião da Câmara Temática de Insumos Agropecuários será realizada no dia 22 de junho, em Brasília.

pequenas NOTAS

 **CONAB confirma safra maior de cana:** O esmagamento de cana-de-açúcar pode crescer até 10,7% neste ano, de acordo com o primeiro dos três levantamentos sobre a safra elaborado pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Um dos fatores que ajudam a explicar a previsão de aumento é que há 28 milhões de toneladas de cana madura ainda da safra de 2008, que serão moídas na atual temporada. Segundo a primeira rodada de projeções da Conab, a indústria sucroalcooleira deverá esmagar entre 622,03 milhões e 633,72 milhões de toneladas. Nesse intervalo, se atingido, o crescimento ficará entre 8,6% e 10,7% na comparação com as 572,57 milhões de toneladas esmagadas 2008. Segundo a Conab, também há espaço para crescimento porque a área plantada cresceu 9,9% de um ano a outro, movimento que se seguiu ao início da produção em cerca de 25 usinas. Até 2008, de acordo com a Conab, os canaviais destinados à indústria sucroalcooleira ocupavam 7,08 milhões de hectares, área que passou a 7,79 milhões de hectares. A área global de cana, para todos os usos, cresceu 1,8%, para 9,59 milhões de hectares.

 **Entra em vigor “SOS” para agroindústrias:** O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, informa que entrou em vigor a tão aguardada linha de crédito de R\$ 10 bilhões, anunciada pelo governo em 16 de abril, para engordar o capital de giro de agroindústrias, principalmente frigoríficos. Cooperativas e empresas de equipamentos agrícolas também podem recorrer à linha. Operada pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que já recebeu diversas solicitações, a linha teve sua taxa de juros fixada em 11,25% ao ano.

 **Perdigão e Sadia estão perto de fechar negócio:** Está muito perto de ser concluída a negociação para juntar Perdigão e Sadia, duas das maiores companhias de alimentos da América Latina. A Perdigão incorporaria a Sadia por meio de uma troca de ações. A Perdigão ficaria com cerca de 70% da nova companhia e a Sadia, com cerca de 30%. Não haveria desembolso de dinheiro num primeiro momento. A empresa que sairia da associação das duas companhias ficaria listada no Novo Mercado, onde já são negociadas as ações da Perdigão. O acordo prevê, numa segunda fase, a entrada do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), por meio do BNDES Par. O banco entraria como investidor em uma emissão de papéis que deverá acontecer poucos meses depois da assinatura do contrato para criação da nova companhia. Os bancos envolvidos na operação discutem o valor das ações para a operação de troca.

 **Cooperativas terão nova linha:** O governo lançará seu plano para a safra 2009/2010, que começa oficialmente em julho, com um novo programa de capitalização das cooperativas agropecuárias, aumento de limites de crédito e redução de juros. Também deve ser criado um sistema de proteção de preços “*hedge*” subsidiado pelo Tesouro Nacional. O novo “Recoop” das cooperativas oferecerá capital de giro a baixo custo para refinanciar dívidas dessas sociedades, mas incluiria compromisso de aperfeiçoamento na gestão das companhias. A prioridade do governo será para dívidas de cooperativas com risco bancário. As operações de capitalização devem ser orientadas pelo modelo de participação das companhias de “*private equity*” em empresas privadas. Assim, as diretorias das cooperativas deverão cumprir planos e metas de gestão, além de cláusulas de desempenho econômico e financeiro. Também deve haver prazos para “desmobilização” do patrimônio sem vínculo direto com o foco do negócio.

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Carta da Presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, dirigida aos produtores rurais do Brasil

“Senhor(a) Produtor(a). Acabei de assumir a presidência da CNA e estou determinada a trabalhar muito para encontrar as melhores soluções para a nossa agropecuária. Os tempos são de crise, de aperto nas contas, altos custos de produção e renda ainda mais curta do que o habitual na nossa atividade. É natural, portanto, que a chegada da cobrança de mais um imposto cause certa contrariedade. Afinal, você pode pensar, será que o pessoal da CNA não sabe que as coisas estão muito difíceis aqui no campo? Sim, lhe asseguro, sabemos bem o que está acontecendo aí na sua propriedade. Apesar de todas as dificuldades que você está enfrentando aí, precisamos de sua contribuição sindical. Ela é nossa garantia de defesa. Você tem a minha palavra que seu dinheiro será usado com eficiência, transparência e ética. Quanto à eventual cobrança judicial da sua contribuição, é preciso deixar claro que o artigo 11 da lei de responsabilidade fiscal nos obriga a agir dessa forma, pois 20% da arrecadação pertence ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Precisamos de uma estrutura forte de defesa do produtor rural brasileiro. Isso implica custos, que se transformarão em investimentos. O meu objetivo é mostrar ao Brasil a verdadeira face dos produtores rurais, de homens e mulheres de bem, espírito público, trabalhadores honestos e honrados. Nós produzimos alimentos e somos encarregados de cuidar do meio ambiente. Mesmo assim, ainda enfrentamos a incompreensão de alguns setores que se recusam a enxergar como realmente somos. Mas, juntos, vamos reverter essa situação. É hora de mostrar que temos liderança e comando. Conto com sua participação, opiniões e, principalmente, a sua confiança. Esse é meu compromisso de honra. Palavra de sua presidente.

Um forte abraço. Senadora KÁTIA ABREU. Presidente da CNA. Dúvidas e sugestões: falecomsuapresidente@cna.org.br”

NOTÍCIA DA CNA

CNA prevê redução dos preços agrícolas se o dólar continuar em queda

No momento em que o dólar reforça tendência de queda, registrando variação de -5,90% no mês, acumulando baixa de -11,82% no ano, a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, manifesta suas preocupações com a volatilidade do câmbio, que poderá reduzir a rentabilidade das culturas de exportação. “O produtor ainda possui 40% da produção da safra 2008/2009 para serem comercializados, o que poderá ocorrer a preços mais baixos em função da queda do dólar”, afirma a senadora.

No mercado internacional, as cotações têm fechado em alta, em função da existência de estoques baixos, queda na produção argentina, demanda chinesa firme mesmo em tempo de crise e problemas climáticos nos Estados Unidos, que dificultam o plantio da safra de verão norte-americana. No mercado da soja, produto típico de exportação, os preços subiram 12,8% em oito semanas. Na Bolsa de Chicago, aumentaram 29,9%. “Se não fosse o câmbio, os preços da soja teriam subido 17,6%”, diz a presidente da CNA.

Kátia Abreu fala, ainda, sobre as elevadas taxas de juros praticadas no País, o que poderá transformar-se em atrativo para o ingresso de capital especulativo no País, depreciando o dólar e os preços agrícolas. “A comercialização a preços menores neste momento reduz a disponibilidade de uso de capital próprio pelo produtor no plantio da safra 2009/2010”, justifica a senadora.

Segundo a presidente da CNA, os recursos para financiamento da nova safra já estão escassos em função da crise financeira internacional. Com menor disponibilidade de recursos do produtor e a significativa redução do crédito fornecido pelas *tradings*, haverá necessidade de maior aporte de recursos do crédito rural oficial. “Esse cenário nos leva a reafirmar que a safra 2009/2010 deverá ser planejada com muita cautela pelo produtor, pois além do risco próprio da atividade, o cenário macroeconômico mundial tende a reforçar a volatilidade do câmbio e dos preços agrícolas”, conclui Kátia Abreu.

Alerta ao Proprietários Rurais,

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará – FAEC e os Sindicatos dos Produtores Rurais a ela filiados, informam que o prazo de vencimento do pagamento da Contribuição Sindical Rural, relativa ao exercício de 2009, expira-se no dia 22 de maio do corrente ano. Não deixem de cumprir essa obrigação tributária, de modo a evitar futuros dissabores com a cobrança judicial pela Justiça do Trabalho. Informações pelos telefones (85) 3535-8010 e 3535-8027.



Resumo da reunião de 12 de maio de 2009

Tema: Substituição de Copas: Limites e Potencialidades para a Cajucultura

Palestrante: Afrânio Arley Teles Montenegro, Pesquisador da Embrapa Agroindústria Tropical

O Sr. Coordenador Torres de Melo abriu a reunião com algumas informações e passou a palavra ao palestrante, que iniciou agradecendo o convite e a importância da substituição de copas para a cajucultura, desde a década de 1970, com o Professor Diógenes do Vale e José Ismar Patente e desde 1983, pela Embrapa Agroindústria Tropical. As potencialidades: com o aumento da produtividade, redução do porte, oferta de propágulos, oferta de caju de mesa e uniformidade do pomar, há o rejuvenescimento das plantas, baixo custo de implantação, permite consórcio e utilização em sequeiro. Limitações: estado nutricional e fitossanitário e a idade/porte das plantas (objeto de estudo do projeto). Apresentou o projeto de pesquisa Características Agronômicas de Cajueiros submetidos à Substituição de Copas em Diferentes Idades, como tese de doutorado, com execução da Embrapa Agroindústria Tropical, financiamento do Banco do Nordeste. Os objetivos: avaliar o comportamento fenológico, fisiológico e produtivo de plantas submetidas à substituição de copas em pomares de cajueiros de diferentes idades, para determinar o índice de sobrevivência, avaliar a viabilidade técnica, econômica e a influência na fisiologia das plantas, etc. Disse que o projeto iniciou-se no primeiro semestre de 2007, com a seleção das áreas e idades dos cajueiros, o corte de 544 cajueiros no perímetro de 55 a 303 cm, fazendo enxertia das brotações e avaliações. Mostrou a localização, explicou o processo em cada área e idade, a metodologia e os resultados, sempre mostrando fotos das áreas e das plantas estudadas. Alguns resultados parciais: maior intensidade nas brotações em função do corte aos 5 anos; índice de 87% de sobrevivência das plantas cortadas em função da idade; índice de 80% de sobrevivência das plantas cortadas em função do perímetro. Como considerações finais, disse que no plano de revitalização da cajucultura, a substituição de copas era um dos pilares (levando em conta as suas potencialidades e limitações) e informou sobre a realização de um workshop sobre substituição de copas e alternativas de manejo para o cajueiro comum, cujo documento final serviu para dar subsídios às políticas públicas para a cajucultura. Finalizou colocando-se à disposição para dar esclarecimentos necessários.

Debates

O Sr. Coordenador abriu os debates chamando a atenção para a persistência, capacidade de observação que o pesquisador tinha que deter, pois aquele era um trabalho que exigia muito esmero na sua elaboração. Submeteu aos presentes a realização do Agropacto em Sobral dia 19, com saída às 5 horas da manhã. No primeiro bloco, pediram a palavra: Sr. João Batista Ponte, para algumas perguntas, entre elas, o tipo de consórcio que era permitido para a mudança de copas, se o trato cultural era feito mecanicamente; sobre o clone pesquisado 051; em quantos meses por ano poderiam iniciar o cultivo. O Sr. Deputado Hermínio Resende disse que as autoridades brasileiras não priorizavam os técnicos e cientistas e perguntou se nos dez mil hectares testados, qual a diferença da produtividade do cajueiro anão-precoce e os que sofreram a substituição. Sr. José Trajano, da ONG Caju, solicitou que em Brasília o Dr. Torres de Melo defendesse e lutasse pela cajucultura, porque havia uma aculturação que emperrava o seu crescimento, e congregou a todos para a mesma luta. O Sr. Coordenador Torres de Melo pediu desculpas por ter que se

retirar e solicitou ao Dr. Lucas Leite que assumisse a direção dos trabalhos. O Sr. palestrante respondeu que os consórcios estavam na relação de trabalhos que precisam continuar com rigor científico, mas o que tinham sempre visto e que estavam indo bem eram mandioca e feijão; que o custo depende totalmente da idade e do porte das plantas; que a opção pelo 051 havia sido visando à castanha; que tem um período correto para substituição de copas, de abril a agosto. No segundo bloco, o Sr. Erildo Pontes falou sobre a influência do solo para a formação do diâmetro de plantas e falou da sua experiência com substituição de copas na fazenda do Sr. João Batista Ponte, na qual trabalhou. O Sr. Edmar Vieira falou sobre seu trabalho realizado na Cione, com a madeira para lenha, disse que o valor da lenha, se industrializada, dobrava; disse que precisavam fortalecer a ASCAJU. Entre outras observações. A Sra. Rosália Aguiar perguntou: quanto tempo depois da substituição de copas o cajueiro conseguia recuperar o perímetro anterior; se houve estudo econômico-financeiro sobre o ponto de nivelamento da produção e da renda da propriedade depois da substituição de copas. Entre outros questionamentos. O Sr. palestrante deu mais algumas respostas, entre elas: que possuem clones que têm mais produtividade que o 076; que existem recursos recém liberados para trabalhar o tanino e a lenha da substituição de copas dos cajueiros; que visitaram a fazenda Cione e estavam pensando em fazer lá um trabalho com alternativas de manejo do cajueiro comum, mas que a realidade do pequeno produtor era muito diferente; que o perímetro do tronco não era recuperado; que o ponto de nivelamento era um dos objetivos do estudo, que estavam avaliando a despesa, os custos e iriam ter aquela informação, embora dependesse do clone, da venda, etc. No último bloco, o Sr. Lúcio Carneiro disse que era preciso avançar para solucionar os problemas dos setores primário e industrial; que o cajueiro antigo tinha risco de morte, mas se ele já não estava produzindo, não se perderia; que ainda existia plataforma produtiva antiga e que tinham pouco tempo para reagir. O Sr. Francisco Gadelha falou que o Governo retomara o tema da cajucultura em bom tempo, com o programa de substituição de copas, pois cajueiro dava lucro na região. Perguntou: se havia estudo quanto à estabilização da produção por planta. Sr. Antonio Bezerra Peixoto pediu ao Sr. Paz que falasse sobre os números aos quais a SDA e a Ematerce chegaram sobre o trabalho. O Sr. José de Souza Paz citou os números, entre eles: que desde 2006 vinham plantado cajueiro-anão precoce, 14 mil hectares, hoje 43 mil hectares; que o programa estava tendo boa receptividade e colocou-se à disposição para perguntas. Sr. José Ismar parabenizou a forma didática da apresentação e disse que a substituição de copas fazia parte de um sistema de diversas outras técnicas, a exemplo da pesquisa sobre as formas de utilização da madeira. Fez mais algumas complementações. O Sr. Francisco Xavier disse que há 20 anos fizeram levantamento de pequena e média propriedade rural que trabalhava com caju e passavam de 20 mil. Falou de projeto piloto em 43 propriedades e perguntou qual a plataforma de cajueiros gigantes ainda existiam. O Sr. Coordenador passou a palavra ao palestrante, que fez suas considerações finais. O Sr. Coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.